

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005878-49.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**
 Requerente: **Clementina Faria Teixeira**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

CLEMENTINA FARIA TEIXEIRA ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR INOMINADA C.C. PEDIDO LIMINAR E PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face do **BANCO ITAÚ S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese, tem firmado com a instituição financeira requerida contrato para aquisição do veículo VW, GOL que identificou a fls. 02. Notou haver uma discrepância com relação aos valores cobrados e aqueles que foram efetivamente acordados. Como desconhece o valor efetivamente a ser pago e tem interesse em verificar o exato valor contratado, os juros, as taxas, amortizações e eventuais multas de mora por atraso; Solicitou administrativamente da ré a “apuração do valor exato de seu saldo devedor através de uma planilha de cálculo que evidenciasse o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais”, tudo com base em Resolução do Banco Central. Como não foi atendida, ajuizou a presente ação, solicitando ainda a apresentação de cópia do contrato firmado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial veio instruída com documentos.

Pelo decisão de fls. 188, a inicial foi recebida como Medida Cautelar de Exibição de Documentos.

Na sequência, regularmente citada a requerida ofertou defesa a fls. 195/198 e apresentou os documentos de fls. 207/208.

A autora mostrou-se insatisfeita nas suas petições de fls. 236/242, argumentando que a planilha apresentada não atende os requisitos solicitados na presente ação.

Eis o relatório.

DECIDO.

Pela decisão de fls. 188, esta demanda segue como **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**, com caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

A postulada, regularmente citada, apresentou a documentação solicitada pela autora, sem nenhuma resistência.

O descontentamento apresentado a fls. 236/242 destoa da finalidade da presente medida. A requerente não pode pretender rever, nesta LIDE, o conteúdo do documento apresentado. Para satisfação dessa pretensão cabe a ela lançar mão da ação pertinente.

O mesmo se aplica a elaboração de uma planilha.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido, confira-se os recentes julgados do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PREVALECIMENTO. RECURSO IMPROVIDO. A propositura da ação de exibição pressupõe existente em poder da parte, **não se prestando a determinar à parte demandada a preparação de planilha específica de cálculo**” (Apelação n. 0019897-68.2011.8.26.0506. Comarca Ribeirão Preto, 31ª Câmara Direito Privado, Relator Adilson de Araújo, julg. 12/06/2012 - destaquei).

“Arrendamento Mercantil – Ação Cautelar de EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – Sentença de indeferimento da petição inicial e extinção do feito, sem resolução do mérito – Manutenção – Necessidade – **Pretensão de obtenção de planilha de cálculo** do contrato pactuado entre autor e réu – **Via Processual inadequada para obtenção de tal documento** – Ratificação da sentença, nos termos do art. 252 do Novo Regimento Interno desta Corte. Recurso do autor desprovido.” – Apelação n. 900238-17.2011.8.26.0506 – Comarca de Ribeirão Preto, 30ª Câmara de Direito Privado, Relator Marcos Ramos, julg. 20/06/2012 - destaquei).

Por fim, com a documentação apresentada pelo banco nesta cautelar, a postulante já tem condições de deduzir o reclamo que entender cabível: tanto a defesa como os documentos exibidos são claros na indicação das custas e valores referentes ao contrato, como a autora salienta a fls. 06.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE, em parte**, o pedido nesta ação cautelar ajuizada por **CLEMENTINA FARIA TEIXEIRA** contra BANCO ITAUCARD S/A, e isento o banco/requerido do pagamento de encargos da sucumbência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cabe ser observado que a autora é beneficiária da justiça gratuita, conforme deferimento a fls. 188.

P. R. I.

São Carlos, 21 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**